

Coisas da Política

Mauro Santayana

maurosantayana@jb.com.br



Os direitos humanos, segundo os americanos

COINCIDIRAM, NA MESMA PÁGINA deste jornal, duas informações procedentes dos Estados Unidos: o Departamento de Estado critica a violação dos direitos humanos em vários países, entre eles, o Brasil; e parlamentares das duas casas do Congresso, liderados pelo senador Patrick Leahy, pretendem instituir uma Truth Commission para investigar a conduta do governo Bush. O grupo texano, que ocupou a Casa Branca nos últimos oito anos, desprezou os princípios norteadores da República, autorizando a violação da privacidade de seus cidadãos, instituindo um Estado policial, que determinava até mesmo o registro dos leitores de livros “suspeitos” nas bibliotecas públicas. No mundo inteiro, sequestraram pessoas e as submeteram a tortura, transferindo-as clandestinamente para terceiros países, como se todas as nações estivessem sob a sua jurisdição. Agora, alguns parlamentares democratas reclamam a investigação desses fatos. O presidente Obama reiterou o que dissera a propósito do pronunciamento de alguns jornalistas importantes, sobre o mesmo tema: não é hora de olhar para trás mas, sim, para a frente. Do ponto de vista do novo governo, outra herança republicana tem prioridade: a crise econômica, armada pela *deregulation* de Reagan e exacerbada pelos interesses empresariais de Bush e seus associados.

Os Estados Unidos herdaram, dos britânicos, a petulância de se considerarem os árbitros da moralidade do mundo. Depois de terem patrocinado criatórios de escravos nas Antilhas, nos quais machos e fêmeas eram selecionados de acordo com padrões supostamente científicos, para a “reprodução” orientada das “peças”, os ingleses decidiram proibir o tráfico no Atlântico Sul em 1807, quando já não conseguiam manter o monopólio do comércio negreiro.

É conhecida a arrogante proclamação de Theodore Roosevelt, em seu Corolário da Doutrina Monroe, em 1904, do direito de os Estados Unidos intervirem na América Latina, a fim de depor os governos que não agissem bem, ou seja, de acordo com os mandamentos norte-americanos. Durante os 100 anos seguintes, de forma mais moderada ou mais agressiva, os ianques seguiram a mesma política, intervindo

Falta autoridade aos EUA para vigiarem a conduta de outros povos

nos anos 60 e 70, avançaram rumo ao Sul, promovendo os golpes de estado na Argentina, no Brasil, no Chile – e alhures.

Apesar das lições da Coreia do Norte, do Vietnã, da Somália e do Iraque, os norte-americanos continuam crendo que seu governo é semelhante aos pastores de suas igrejas mais conservadoras, que chamam a atenção, do púlpito, para o comportamento de seus fiéis. Na mesma semana em que a titular da diplomacia norte-americana, a senhora Clinton, ameniza as críticas à China, na questão dos direitos humanos (uma vez que o Celeste Império passou a ser o aliado necessário de Washington), o Departamento de Estado analisa o comportamento de outras nações. Apontam o que todos sabemos e nos envergonha, como a prática de tortura e de assassinatos frios pela polícia contra os pobres nas favelas e subúrbios.

Falta autoridade moral aos Estados Unidos para vigiarem o comportamento de outros povos no que se refere aos direitos humanos. É bom que não se esqueçam do que fizeram em My Lai, Abu Ghraid, El Salvador, em tantos outros lugares, e continuam fazendo em Guan-tánamo e nos navios-prisões que navegam a esmo na Oceania, carregados de “suspeitos” de terrorismo. Isso sem falar no apoio aos massacres continuados contra o povo palestino.

sobretudo nos países mais débeis da América Central e do Caribe. Mediante sua ação nessas nações, os norte-americanos mantinham as mais fortes advertidas com a sua permanente ameaça. Era a política de “bater na cangalha, para o burro entender”. Mais tarde,